

MESA DA ASSEMBLÉIA

---

---

- 1- [ORDENS DO DIA](#)
    - 1.1- [Plenário](#)
    - 1.2- [Comissões](#)
  - 2- [EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO](#)
    - 2.1- [Plenário](#)
    - 2.2- [Comissões](#)
  - 3- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
  - 4- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
  - 5- [ERRATA](#)
- 
- 

ORDENS DO DIA

-----

**ORDEM DO DIA DA 212ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 3/12/96**

1ª Parte (Pequeno Expediente)

(das 14 horas às 15h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento nº 1.603/96, do Deputado Bilac Pinto, em que solicita a transcrição nos anais da Casa do artigo "Hospitalidade e Solidariedade", de autoria do engenheiro Júlio Cláudio de Alvarenga Diniz. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.786/96, do Deputado Anderson Aduato, em que solicita ao Presidente do BEMGE informações sobre os critérios adotados para as demissões ocorridas naquela instituição nos últimos meses. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 711/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a publicação de relação de servidores cedidos a entidades de classe. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 873/96, do Deputado Geraldo Rezende, que institui o Programa Emergencial de Combate ao Analfabetismo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e pela rejeição da Emenda nº 2, também da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 731/96, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre o exame de ácido desoxirribonucléico - DNA -, em casos de investigação de paternidade para a população carente. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde e Ação Social opina pela aprovação do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela sua aprovação

com as Emendas n°s 1 a 3, que apresenta.

Discussão, em 2° turno, do Projeto de Lei n° 49/95, do Deputado Wanderley Ávila, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Paraopeba imóvel urbano, na forma que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

---

---

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA CONHECER A REAL SITUAÇÃO FINANCEIRA DO IPSEMG, INCLUINDO OS NÃO-REPASSES PELO TESOURO, ASSIM COMO A SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA CAPITAL E NO INTERIOR, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 3/12/96**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Srs. José Felipe dos Santos Neto, Procurador-Geral do IPSEMG, e Antônio Sérgio Tonet, Promotor de Defesa do Cidadão do Ministério Público, os quais debaterão a real situação do IPSEMG, assim como o trabalho que vem sendo realizado por eles no tocante a esta questão.

**ORDEM DO DIA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 4/12/96**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2° turno: Projeto de Lei n° 1.008/96, do Deputado Álvaro Antônio.

Requerimentos n°s 1.843/96, do Deputado Luiz Antônio Zanto; 1.855/96, do Deputado Simão Pedro Toledo.

**ORDEM DO DIA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/12/96**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar proposições da Comissão.

Discutir, em audiência pública, a possibilidade de se pagar aos policiais civis e militares do Estado o adicional de periculosidade.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2° turno: Projeto de Lei n° 829/96, do Deputado Bonifácio Mourão.

No 1° turno: Projeto de Lei n° 919/96, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Convidados: Srs. Cláudio Mourão, Secretário de Estado de Recursos Humanos e Administração; Santos Moreira, Secretário de Estado da Segurança Pública; Cel. PM Néilson Fernando Cordeiro, Comandante-Geral da PMMG; Subten. PM Weliton Eustáquio de Jesus, Presidente da Associação de Subtenentes e Sargentos da PMMG; Edvaldo Picilini Teixeira, Presidente do Clube dos Oficiais da PMMG; Cabo Nilton de Moraes, Presidente do Clube dos Cabos e Soldados da PMMG; Reinaldo José de Magalhães, Presidente da Associação dos Delegados de Carreira da Polícia Civil; Nílson Costa, Presidente da Associação dos Escrivães da Polícia Civil; José Lacerda, Presidente da Associação dos Policiais Civis de Minas Gerais.

**ORDEM DO DIA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA ENERGÉTICA, HÍDRICA E MINERÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 4/12/96**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1° turno: Projeto de Lei n° 537/95, do Deputado Paulo Piau.

---

---

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

---

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 3/12/96, destinada à apreciação dos Projetos de Lei n°s 49/95, do Deputado Wanderley Ávila, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Paraopeba imóvel urbano que menciona, 516/95, do Deputado Bonifácio Mourão, que autoriza o Poder Executivo a reverter, ao Município de Divinolândia de Minas, o terreno que menciona, 711/96, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a publicação de relação de servidores cedidos a entidades de classe, 731/96, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre o exame do ácido desoxirribonucléico, em casos de investigação de paternidade, para a população carente, 873/96, do Deputado Geraldo Rezende, que institui o Programa Emergencial de Combate ao Analfabetismo, 1.006/96, do Deputado Clêuber Carneiro, que dá nova redação ao art. 30 da Lei n° 11.020, de 8/1/93, que dispõe sobre as terras públicas e devolutas estaduais e dá outras providências, e 1.017/96, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Itabirito; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 2 de dezembro de 1996.

Agostinho Patrús, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos do Regimento Interno, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho e Ivair Nogueira, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 4/12/96, às 9h30min, no Plenarinho III, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre as seguintes matérias, do Governador do Estado: Projetos de Lei n°s 1.016/96, que altera a Lei n° 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado; 1.025/96, que altera a Lei n° 12.040, de 28/12/95; 1.029/96, que altera a Lei n° 6.763, de 26/12/75, e dá outras providências; 1.039/96, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito com a União, para o fim que menciona, e dá outras providências; e 1.040/96, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter imóvel ao Município de Bueno Brandão.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1996.

Geraldo Santana, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Agropecuária e Política Rural

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arnaldo Canarinho, Almir Cardoso, Olinto Godinho e Elbe Brandão, membros da supracitada Comissão, para a reunião extraordinária a ser realizada em 4/12/96, às 10 horas, no Auditório, com a finalidade de avaliar e debater, com os convidados, a implementação das propostas contidas no documento final do Seminário Legislativo Reforma Agrária em Minas Gerais.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1996.

Paulo Piau, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Saúde e Ação Social, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Marco Régis, Jorge Eduardo de Oliveira, Luiz Antônio Zanto e Jorge Hannas, membros da Comissão de Saúde e Ação Social; Dinis Pinheiro, Antônio Andrade, Gil Pereira e Carlos Pimenta, membros da Comissão de Defesa do Consumidor; Miguel Martini, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Glycon Terra Pinto, Geraldo Rezende e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para a reunião a ser realizada no dia 4/12/96, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutir o Projeto de Lei n° 2.147/94, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Código Sanitário de Minas Gerais, e, se possível, apreciar a matéria.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 1996.

Marcos Helênio, Presidente "ad hoc".

---

---

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**

---

**209ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA**  
**Discursos Proferidos em 26/11/96**

**A Deputada Maria José Haueisen\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes nas galerias, o Brasil inteiro é agitado por dois assuntos relevantes e polêmicos: a reeleição do Presidente e dos demais Chefes do Poder Executivo e a privatização da Vale do Rio Doce. Este último tem sido motivo de reuniões, debates e discussões em todo o País. Gostaríamos que se tornasse assunto para todos nesta Assembléia Legislativa. Cinquenta e poucos Deputados assinaram o manifesto contra a privatização da Vale do Rio Doce. Não sei se os demais não foram ainda convidados a assinar ou, simplesmente, se recusaram a assinar esse documento.

Fazemos um apelo àqueles que tenham idéias contrárias, que venham para o debate a fim de exporem o porquê de acharem que aquela empresa deve ser privatizada. É um assunto que tem apaixonado grande parte da população brasileira. Infelizmente, tem sido até motivo de propostas que julgamos vergonhosas. Proposta de barganha: a reeleição pela manutenção da Vale do Rio Doce como patrimônio do Estado brasileiro.

É lamentável que tais propostas apareçam. Isso demonstra que, infelizmente, a dignidade, a cidadania e o interesse pelo patrimônio público vai diminuindo, a ponto de se tornar comum que propostas de barganha - tomalá e dá cá - apareçam no cenário, vindas de políticos brasileiros influentes no nosso País. É lamentável que a Vale do Rio Doce seja colocada como produto de escambo em um balcão de negócios, como acontece, muitas vezes, na Câmara Federal. A história do Brasil tem sido marcada por fatos em que vemos as atitudes dos vendilhões do templo em luta contra aqueles que lutam em defesa dos interesses do País, da soberania nacional, enfim, do patrimônio público. Queríamos relembrar, de modo especial, os acontecimentos marcantes do séc. XVIII, quando apareceram as primeiras minas de ouro e de pedras preciosas em nosso País. Em 1720, houve o primeiro levante que a história registra, ou seja, a sedição de Vila Rica, quando Felipe dos Santos quis o perdão da dívida, recusando-se a pagar impostos. Mais organizados e com um ideal maior, apareceram os Inconfidentes, em 1789: Tomás Antônio Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, os Pes. Rolim e Toledo e Tiradentes, que se tornou o símbolo maior dessa luta contra a entrega da riqueza nacional ao país colonizador. Tiradentes foi o sacrificado maior, mas nunca mais a Coroa Portuguesa cobrou o famoso quinto do ouro, isto é, nunca mais exigiu o pagamento pelo ouro fundido ou pelo chamado ouro quintado.

Mas a exploração do Primeiro Mundo sobre os países do Terceiro Mundo nunca parou, continua sempre. O Brasil, como tantos outros países do Terceiro Mundo, fica vivendo num capitalismo selvagem, num capitalismo periférico, em que o Primeiro Mundo suga o suor e o sangue do povo empobrecido e explorado. É lamentável essa exploração dos países do capitalismo periférico, que se dá com a conivência e até mesmo com a concordância total daqueles que deviam se colocar como filhos do Terceiro Mundo.

A polêmica maior do Brasil atual, sem dúvida nenhuma, é a privatização da Vale do Rio Doce. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem imposto a sua vontade, ou melhor, tem imposto a vontade do FMI, dos banqueiros internacionais, dos interessados na privatização, na globalização e no sistema neoliberal. S. Exa. o Presidente tem agido no País como se estivesse tirando alguma coisa do quintal de sua casa, em desrespeito total à missão que lhe foi entregue de apenas gerenciar aquilo que é patrimônio de todos nós. Infelizmente, o Presidente tem conseguido muito mais que o que devia, e isso a troco de negociatas e com a conivência de alguns, que deixam que o Congresso Nacional seja de fato um mercado persa. Quem reage diante de tanto abuso e de tanta entrega é chamado de dinossauro, de jurássico e de radical. Ser radical em questões de princípio, em questões de valores absolutos, é uma virtude.

Fernando Henrique Cardoso deveria ter, em relação às promessas que fez durante sua campanha, a mesma determinação que tem para socorrer os banqueiros, com a criação do PROER, para acudir os usineiros e defender os interesses das privatizações e o neoliberalismo. Quem de nós não se lembra da campanha de Fernando Henrique Cardoso? Ao apresentar a mão espalmada, ele prometia várias prioridades de seu Governo, como a educação, a saúde, o emprego, a segurança e o apoio à agricultura. Eram essas as prioridades apresentadas naquela mão espalmada que enchia o vídeo, na época da campanha. No entanto, todas essas cinco prioridades foram jogadas para debaixo do

tapete, pois ele aposta na memória curta do povo brasileiro. Entendemos, até, que o Presidente da República deveria ser chamado ao PROCON para explicar sua propaganda enganosa da época em que queria ser Presidente da República, pois jamais falou em privatização, em PDV, em PROER. Nada disso. Aquilo que era, de fato, o objeto maior de sua vontade foi escondido, e ele fez propaganda enganosa durante toda a sua campanha.

Afinal, quando discutimos a Vale do Rio Doce, deixamos a seguinte indagação: o que é, de fato, a Vale, criada há 52 anos, na cidade de Itabira, em Minas Gerais, e que hoje se compõe de 41 empresas? Vamos ler um texto a respeito do valor da Vale, acerca do que ela tem feito em toda a sua existência. Vamos ler a matéria publicada no "Diário de Belo Horizonte", em 20/11/96. (- Lê:)

"A Vale opera em nove estados brasileiros através de 14 grandes empresas controladas e 28 coligadas: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Sergipe, Maranhão e Pará.

- 20 mil empregados diretos.
- US\$1.000.000.000,00 de lucro no biênio 94-95.
- Maior produtora mundial de minério de ferro com 23% do mercado global e reservas da ordem de 41.000.000.000t.
- Primeira da América Latina e segunda maior produtora mundial de ouro com reservas da ordem de mais de 1500t.
- Quase totalidade das reservas de manganês do País - 60.000.000.000t em Carajás e 100.000.000t no Mato Grosso do Sul.
- Exploração de recursos estratégicos como caulim ( fundamental na fabricação do papel), estanho, níquel, nióbio, prata, cobre e titânio na Amazônia.
- Participação na siderurgia e usinas de pelotização em parceria com franceses, japoneses, italianos, espanhóis, sul-africanos, argentinos e coreanos.
- Participação na produção de ferro-ligas no Brasil e na França.
- Duas ferrovias com mais de 900Km cada: Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória-Minas.

- Portos para navios graneleiros de grande porte na Praia Mole, no Espírito Santo, em Itaqui, no Maranhão e o Terminal Marítimo de Sergipe.

- 50 navios graneleiros da Docenave que transportam 300.000.000t de produtos por anos.

- Centenas de milhares de hectares de florestas em Minas Gerais, no Espírito Santo, na Bahia, no Maranhão e no Pará. Investimentos da ordem de US\$2.000.000,00 nesta área para produção de celulose.

- A CENIBRA, com 700.000t por ano, é uma das maiores produtoras mundiais de celulose. Participação na Bahiasul ( 250.000t por ano) e planeja a Celmar no Maranhão para produzir 1.000.000t de toneladas de celulose no início do próximo século.

- Participa do consórcio para a usina hidrelétrica de Igarapava.

- Negocia produtos e serviços em mais de 30 países do mundo."

Ninguém consegue saber o valor real da Vale do Rio Doce. Fala-se em mais de US\$1.000.000.000.000,00. E qual é o valor das ações pertencentes ao Brasil na Companhia Vale do Rio Doce? Fala-se em US\$4.000.000.000,00, em US\$15.000.000.000,00, em US\$20.000.000.000,00, em US\$40.000.000.000,00 e ainda mais. Com que preço o País tenta negociar a Vale? É tudo uma caixa preta. Ninguém pode estar informado, ou pelo menos só os grupos estritamente interessados podem ter acesso aos papéis contendo informação. No mais, é segredo, é caixa preta. Como será o pagamento proposto, caso a Vale seja vendida? Em moeda podre, como aconteceu com a USIMINAS? Em dinheiro vivo? Em ações que podem ser negociadas imediatamente na Bolsa de Valores? Nada é explicado. Para onde irá o dinheiro? Fala-se que servirá para pagar dívidas; fala-se que servirá para melhorar os Estados onde a Vale está instalada: fala-se no perdão a dívidas nacionais; fala-se, ainda, que será aplicado no Nordeste. O que há de verdade em tudo isso? Por que o povo brasileiro não pode ter acesso, de maneira transparente, à situação real da Vale e a essa negociata que está sendo tentada? Mais ainda, os neoliberais, os que defendem a privatização, falam que não é função do Governo ter empresas. Até que admitimos, mas por que não se começa a privatizar as que dão prejuízo? E qual é a função do Governo neoliberal? Educação, saúde, segurança, transporte? Saúde não existe, e cada um tenta entrar em um plano de saúde, senão morre à míngua. A educação vai de mal a pior. As escolas particulares crescem porque não existe educação pública. Da mesma forma, não existe segurança.

Para terminar, quero dizer que moro em um bairro considerado perigoso, onde há, atualmente, uma campanha para que os moradores contribuam com R\$5,00 para a segurança do bairro. Nenhum de nós vai ficar mais pobre ou mais rico por causa dessa contribuição, mas o que me assusta é que estamos convidados a garantir viaturas, armas, combustível, capacete para os policiais, etc. para termos segurança, função do Estado neoliberal. Afinal de contas, o que é esse Estado neoliberal? Que tipo de dinossauros, que tipo de jurássicos, que tipo de radicais somos nós que defendemos o dinheiro público, o patrimônio público, o bem-estar social e a luta a favor dos

excluídos e dos mais empobrecidos?

\* - Sem revisão da oradora.

**O Deputado Bilac Pinto** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em recente eleição, realizada em Nova Iorque, para escolha dos membros da Corte Internacional de Justiça, com sede em Haia, foi escolhido, com voto de 97 dos 185 países membros das Nações Unidas, o Ministro José Francisco Rezek, mineiro ilustre, insigne conterrâneo do Sul deste Estado.

Francisco Rezek, filho do Sr. Elias Rezek e da Sra. Baget Baracat Rezek, nasceu em Cristina e foi criado em Santa Rita do Sapucaí. Graduou-se em Direito em 1966, tendo realizado curso de doutorado em Direito Público, na UFMG. Fez também doutorado na Universidade de Paris - Sorbonne. Obteve "Diploma In Law" pela Universidade de Oxford e realizou diversos cursos de extensão em Harvard, Cambridge e em Haia.

Francisco Rezek é professor de Direito Internacional Público e de Direito Constitucional na Universidade de Brasília, onde foi chefe do Departamento de Direito e Diretor da Faculdade de Estudos Sociais. Professor de Direito Internacional Público no Instituto Rio Branco, lecionou a mesma cadeira em Haia e em Tessalônica, na Grécia, tendo sido Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, de 1990 a 1992. Trabalhou com o saudoso Ministro Bilac Pinto, meu avô, no Supremo Tribunal Federal, e foi chefe de Gabinete do Ministro Leitão de Abreu na Casa Civil, no Governo João Batista de Figueiredo.

A sua elevada cultura, o seu profundo conhecimento jurídico de cidadão sempre devotado às boas causas foram as principais razões para sua elevação a tão distinto cargo.

Conferencista internacional, Francisco Rezek é autor de uma vasta lista de obras de Direito, destacando-se o livro "Direito dos Tratados" publicado em 1984, pela Editora Forense, e o livro-texto "Direito Internacional Público", publicado em 1989 pela Editora Saraiva, de São Paulo. Das publicações feitas no exterior destacam-se "Aspectos Elementares do Estatuto da Igualdade", Lisboa 1978, e "Reprocity as a Basis of Extradition", publicado em Oxford no ano de 1981.

Isso posto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é fácil compreender as razões de sua eleição para tão importante Corte Internacional. Aquele Juiz do Supremo Tribunal Federal nada mais fez que colher os frutos de sua longa e incessante preparação para o cargo que ora ocupará, cuja importância fica mais elevada quanto mais fronteiras o mundo moderno vai superando. Não é o primeiro brasileiro a galgar tão significativa participação em Haia. Já Rui Barbosa o fizera antes, com galhardia e glória, perpetuando seu nome em nossos livros de História, como a Águia de Haia.

O Dr. Francisco Rezek será membro de uma Corte de apenas 15 Juizes, cuja função é administrar conflitos entre países.

Expressamos aqui nossas congratulações por sua eleição, parabenizando a este ilustre sul-mineiro por sua ascensão a tão importante cargo, na certeza de que os 185 países membros da ONU terão em sua pessoa a certeza de um parecer competente, de um voto consciente e sábio e de uma sentença sempre irrepreensível, fruto de uma vida, toda ela, dedicada ao estudo especializado e à pesquisa da perfeição, da lógica e do bom-senso.

Ao Dr. Francisco Rezek, portanto, nossas melhores congratulações, dizendo-lhe que toda a Nação brasileira sente-se orgulhosa desse seu filho e nós, mineiros, mais ainda. Sua Santa Rita do Sapucaí encontra-se exultante de júbilo pela sua emérita conquista. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Dinis Pinheiro** - Sr. Presidente, ilustres colegas, senhoras e senhores, trilhando o caminho a mim reservado por Deus, exercendo a tão enobrecedora atividade de legislar, de participar, de ser mais um colaborador na execução de projetos concretizadores dos anseios maiores de nosso povo, sinto-me no dever de pronunciar-me sobre fatos que, lamentavelmente, vivenciamos.

Irresignação, surpresa, desconheço a palavra que melhor possa expressar o que senti ao tomar conhecimento do comportamento impróprio de um verdadeiro homem público.

Objetivando satisfazer uma solicitação relacionada à Secretaria da Educação, para lá me dirigi juntamente com um Prefeito eleito, motivados por um pedido justo e necessário da comunidade. Nessa ocasião, fomos prontamente atendidos pela Sra. Secretária.

Posteriormente, o Prefeito eleito, pessoa com a qual tenho estreitas relações, ao encontrar-se com o Sr. João Batista Mares Guia, Secretário Adjunto da Educação, dele ouviu que ele é quem mandava e não a Secretária. E mais ainda: ouviu que não deveria levar consigo o Deputado Dinis Pinheiro, a mim referindo-se com desprezo, dizendo que eu era contrário ao Governo e criador de caso.

Chamar-me de criador de caso é leviandade, é atitude inadequada a um homem integrante da estrutura governamental.

Em todas as posições, excetuada a minha adesão à campanha e à candidatura de Célio de Castro, alinhei-me com os legítimos interesses do Governo Azeredo. Não exerço meu

mandato afastado do objetivo maior pelo qual hoje ocupo uma cadeira nesta Casa: representar fielmente os justos anseios do povo, com a busca incessante de resultados concretos.

A democracia, Sr. Presidente, exige seriedade, respeito com o povo e, essencialmente, entre os Poderes. Os ocupantes de cargos são transitórios, mas suas obras permanecem, e é por elas que devemos envidar todos os nossos esforços.

Reitero, pois, com firmeza, minha atuação de sempre lutar pelos interesses das bases, ainda que tenha que enfrentar a convivência com pessoas desafinadas com a verdadeira democracia. Muito obrigado.

**O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira\*** - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, as estatísticas mostram que o número de mortes provocadas por acidentes de trânsito em nosso País cresce a cada dia. São mais de 25 mil mortes por ano, centenas de pessoas mutiladas, famílias enlutadas com a perda de entes queridos.

Quando se fala sobre esse assunto, logo se apontam as causas, que recaem na irresponsabilidade, no despreparo dos motoristas e, sobretudo, em sua impunidade. Realmente, é necessária a implantação de um Código Nacional de Trânsito, com regras e punições mais rigorosas. Campanhas educativas também são importantes a fim de despertar os motoristas para a prática de cidadania mais lúcida e responsável no trânsito.

Mas existe um outro lado da questão, pouco debatido, talvez porque muitos preferem se resguardar no silêncio das responsabilidades que lhes cabem. Trata-se da situação precária de muitas estradas, que também causa muitos acidentes. Nesse caso, o grande responsável é o Estado, que deixa rodovias no mais completo abandono. Uma omissão que acaba recaindo na cômoda posição de apontar o despreparo e a irresponsabilidade dos motoristas como causas de tantos acidentes. Como diz o ditado popular, é muito fácil jogar a culpa em cima dos outros.

Abordo inicialmente essas questões para mostrar que o Estado também coloca em risco a vida de muitos cidadãos, quando se omite da tarefa que lhe cabe de conservar as rodovias. Um exemplo claro disso são duas estradas no sul de Minas: a BR-491, que liga Paraguaçu, Alfenas e Areado, e a MG-369, que liga Alfenas a Campos Gerais e a Boa Esperança. O estado de calamidade das duas rodovias - cobertas de buracos, verdadeiras crateras, como se diz - é tão grande que nenhum motorista tem a menor chance de praticar qualquer ato de irresponsabilidade. Está difícil transitar em estradas cujo piso original mal pode ser visto, tamanho o número de irregularidades na pista. Nesse caso, não adiantam campanhas educativas e Código de Trânsito mais rigoroso. O que é preciso são decisões mais ágeis dos órgãos responsáveis pela manutenção das estradas, evitando assim criar tantas armadilhas e riscos para centenas de vidas humanas que por lá transitam.

Os dados estatísticos fornecidos pela 6ª Companhia de Polícia Rodoviária, sediada em Alfenas, relativos às duas rodovias são estarrecedores. Num trecho de apenas 60 km, que está em maior estado de degradação, já ocorreram, nos últimos três anos, 223 acidentes, com 18 mortos e 226 feridos, sendo que várias pessoas ficaram mutiladas, além de diversos atropelamentos de animais, quando motoristas precisam se desviar dos inúmeros obstáculos que a pista oferece. Realmente, são dados preocupantes para um trecho de apenas 60km. Também deve-se levar em consideração que essas rodovias cortam importante e produtiva região de Minas. A cidade de Alfenas, por exemplo, possui universidades, com estudantes de vários recantos do Estado sempre em trânsito pelas rodovias. Outro fator é o escoamento da produção da região - principalmente o café, que é feito por essas vias. Na época da colheita, passam por essas estradas diversos veículos transportando trabalhadores contratados para colher os grãos, aumentando ainda mais o trânsito.

Também é importante ressaltar o turismo que ocorre na região, onde várias cidades são banhadas por lagos, o que tem atraído muita gente. No momento em que todo o País percebeu a importância de incrementar o turismo, como fator de desenvolvimento, não é possível deixar estradas no mais completo abandono. Afinal, ter boas estradas é uma das condições básicas da infra-estrutura para a implantação e a manutenção do fluxo turístico em qualquer região do mundo.

Agora, com o período das chuvas, cresce o temor da população das cidades servidas por essas rodovias. Além da preocupação, amplia-se o descrédito do povo da região em relação às autoridades estaduais. Afinal, essas estradas foram construídas em 1960 e nunca foram recapeadas e conservadas devidamente, apesar dos insistentes apelos das comunidades locais, que não têm encontrado ressonância junto ao principal responsável: o Estado.

Como diz o ditado popular, paciência tem limite. A população cansou de pedir, de alertar as autoridades competentes e resolveu radicalizar as denúncias. Recentemente, lideranças políticas, entidades de classe e centenas de populares se uniram numa manifestação pacífica, quando bloquearam a estrada na altura do trevo de Alfenas. Foi uma tentativa de chamar a atenção e sensibilizar o Governo do Estado para a necessidade de medidas urgentes. Também estão organizando abaixo-assinados, que serão

enviados ao DER, descrevendo a situação de calamidade das estradas e cobrando soluções. E prometem novas manifestações, caso persista o descaso dos órgãos competentes. Também a imprensa da região tem dedicado ao assunto espaços quase diários para mostrar em imagens e dados estatísticos o estado de total abandono dessas rodovias e, infelizmente, em outras vezes, para falar sobre mais um acidente e suas vítimas.

Como Deputado nascido na região, onde recebi expressiva votação, tenho lutado como posso, atendendo os inúmeros apelos que recebo de pessoas que me procuram. Apesar de alguns órgãos da imprensa local perguntarem onde estão os políticos, que não enxergam o problema, nunca fiquei omissivo. Já estive várias vezes no DER, quando relatei a situação e solicitei providências.

**O Deputado Sebastião Navarro Vieira\* (Em aparte)** - Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, quero cumprimentá-lo pelo discurso que proferiu, essa tarde, chamando a atenção do Governo para o descuido existente com relação às estradas do Sul de Minas. De fato, o pronunciamento de V. Exa. é justo e cheio de razão. As estradas do Sul de Minas estão acabando. À exceção daqueles poucos trechos que foram recapeados recentemente, há três ou quatro anos, as nossas estradas, construídas na década de 60, estão acabando. E esse é um pecado grave que o Estado comete: deixar acabarem as estradas. Há pouco tempo, tive a oportunidade de, próximo a Alterosa, assistir a viaturas do DER tapando buracos com terra, terra que não isola a penetração da água, que é a maior inimiga do asfalto, porque destrói a base das estradas. A falta de conservação das estradas está fazendo com que, em um futuro próximo, o Estado tenha que construir novamente essas rodovias, ao invés de prestar-lhes apenas manutenção. Agora, fizeram um tapa-buraco geral pelo Sul de Minas. Entretanto, taparam apenas aquelas painelas maiores, deixando as menores. Com uma semana de chuvas, os buracos menores já viraram painelas enormes, tornando as nossas estradas intransitáveis. Por que não fizeram um serviço bem feito e não taparam todos os buracos: os maiores e os menores? Com uma semana de chuva, esses já se transformaram em grandes crateras, colocando em risco a vida de muitas pessoas. E muitas vidas já foram perdidas nas estradas do Sul de Minas por falta de segurança. Por isso, cumprimento V. Exa. É obrigação nossa, como homens públicos, vindos do interior, conhecedores da realidade, chamar a atenção do Estado, de seu órgão responsável - o DER-MG -, para o descuido com relação às nossas estradas do Sul de Minas. Parabéns, Deputado.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Carlos Pimenta (Em aparte)** - Nós também comungamos com o ponto de vista de V. Exa. Esse pensamento vem retratar, fielmente, o conhecimento que V. Exa. tem da região. Aproveitando esse pronunciamento, gostaríamos de chamar a atenção para as estradas do extremo Norte do nosso Estado. Aquela é uma região engraçada. Praticamente durante todo o ano, recebemos reivindicações e denúncias com relação aos efeitos da seca nas estradas, mas basta uma semana de chuva ininterrupta para que fiquem isoladas quase todas as cidades que não têm seu acesso asfaltado. Hoje mesmo tivemos conhecimento de que o ônibus que faz o trajeto entre Montes Claros e Manga não está circulando. Porém, gostaria de chamar a atenção para a BR-135, que liga Belo Horizonte a Montes Claros. Bastou que se completasse o trecho asfaltado da BR-251, ligando a Rio-Bahia, para que ocorresse um aumento expressivo do tráfego de carretas pesadas. Da noite para o dia, passou-se de 1.500 carretas por dia para 4.800 carretas. Essa é uma estrada por que passo praticamente toda semana e que encontra-se em situação de iminente perigo.

Não se assuste V. Exa. nem algum outro Deputado se começarmos a ter acidentes um atrás do outro, a partir de agora. A estrada está intransitável, não foi feita para todo esse fluxo.

E já que o DER-MG foi citado, gostaria, também, de chamar a atenção desse órgão, que há pouco tempo era respeitável e podia oferecer importantes serviços. Hoje, basta que se olhe o orçamento de Minas Gerais para ver o dimensionamento do DER-MG. É preocupante notar que o órgão tem pouco mais de R\$20.000.000,00 para aplicar em obras - assim mesmo, sendo grande parte desses recursos do Governo Federal - durante todo o ano de 1997. Então, chamo a atenção de V. Exa., porque acho que esta Casa tem de questionar o Sr. Secretário de Obras e convidá-lo a vir a este Plenário, a fim de discutir o assunto. Com certeza virão, uma atrás de outra, reivindicações a todos os Deputados, independentemente se do Sul ou do Norte de Minas.

Até então, o Sul de Minas era uma região privilegiada. Podia-se escolher, para ir de uma cidade a outra, por qual estrada asfaltada passar. Mas estou vendo que essa situação já está mudando no Sul de Minas também. E o Norte de Minas está, hoje, isolado por causa das chuvas, sendo que a BR-135 é um perigo iminente para as 4.800 carretas que passam por dia e os carros de passeio. Muito obrigado.

**O Deputado Miguel Martini (Em aparte)** - É só para complementar a informação, porque agora começamos a discutir a questão como deve ser discutida. No orçamento de 1997 estão previstos R\$25.000.000,00 para conservação de estradas e R\$178.000.000,00 para a folha de pagamento do DER-MG. É impossível manter uma situação dessas. É neste

momento que gostaríamos de chamar as oposições para discutir essa questão. Quer dizer, gastamos R\$178.000.000,00 com a folha de pagamento e, por isso, só podemos reservar R\$25.000.000,00 para conservação. Inclusive, todas as propostas do DER-MG estão com janelas. É uma questão que devemos discutir sim.

**O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte)** - É bem rápido, é apenas para complementar o que já ouvimos aqui. Estou chegando de viagem do Norte de Minas, e, sem dúvida, as estradas estão um caos. Nunca vi tanto descaso. Agora, que temos apenas R\$25.000.000,00 para manutenção de estradas é uma alegação verdadeira, porque isso é com o Estado, mas acontece que a maioria das estradas são BRs, são estradas da República, e o Presidente tirou do PROER quase US\$40.000.000.000,00 para salvar banqueiros. Com menos de US\$5.000.000.000,00 ele dobraria a malha asfáltica do País. De Pirapora a Montes Claros, a estrada é um verdadeiro acinte, é um crime: ela tem crateras imensas, de quase meio metro de profundidade, não dá para ser percorrida. Assim é para o Norte de Minas, assim é para o Sul. Não há conservação, não há investimento em obras. O Brasil está parado, e as prioridades estão sendo deixadas para terceiro, quarto ou quinto plano. É um Governo que fala muito, sorri muito, mas o povo está sendo acintosamente desrespeitado. Eu diria até que, num país sério, é caso de processo o que acontece com o número de acidentes, de carros que se danificam e se quebram nas estradas. Daqui para Três Marias e daí até Brasília tem cada cratera perigosíssima na estrada. É uma BR, e o Presidente alegar que não tem dinheiro é um absurdo.

**O Deputado Jorge Eduardo de Oliveira\*** - Sr. Presidente, peço alguns minutos, pois estou terminando meu pronunciamento. Quero agradecer a todos os Deputados que me apartearam e dizer que, realmente, o problema é estadual. O que existe no Sul de Minas existe também no Norte e no Noroeste, ou seja, o DER-MG está completamente inoperante. Acredito que não seja por causa do DER-MG propriamente dito, por sua diretoria, por seus membros, mas pela falta de orçamento. Acho que devemos acatar a idéia do Deputado Carlos Pimenta e convidar a aqui comparecer o nosso representante do DER-MG, para com ele tratarmos do assunto.

Quero agradecer, também, o apoio que tem recebido na região o movimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira para despertar no DER-MG essa necessidade de conservação das estradas.

Continuando, eu queria dizer que no último contato com o DER-MG, na semana passada, fui informado de que o órgão já está mobilizando suas regionais nas localidades e que elas inicialmente vão tentar organizar os reparos mais urgentes, o que comumente se chama "operação tapa-buraco". Também me informaram de que as obras de recapeamento não são possíveis no momento, porque só está acontecendo liberação de verbas para a duplicação da Fernão Dias.

Não sei se essas medidas paliativas vão solucionar, pelo menos em parte, o problema e quanto tempo irão durar. Fica aqui então mais um apelo ao Executivo mineiro: procure espelhar-se nos sonhos e nos exemplos do saudoso Juscelino Kubitschek, que também foi oprimido pela angústia dos recursos financeiros quando Governador de Minas. Apesar de tudo, ele procurou fazer o máximo para eliminar ou reduzir o sofrimento do povo em várias áreas, inclusive projetando e construindo rodovias em condições de tráfego. Visionário como foi, Juscelino sabia que as estradas não cortam apenas caminhos. Elas também são condutoras de desenvolvimento e progresso. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Gilmar Machado** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, presentes às galerias, imprensa, ocupamos a tribuna, nesta tarde, para iniciar um debate que vai se estender pelo resto do mês e também pelo mês de dezembro. Trata-se do orçamento do Estado. Ouvimos uma entrevista do Vice-Governador, Dr. Walfrido dos Mares Guia, em que dizia que não poderia lotear a lua. Eu, realmente, fiquei impressionado, porque estamos discutindo Minas Gerais e o Vice-Governador parece que está com a cabeça na lua. S. Exa. está pensando apenas na estratosfera e está se esquecendo de pensar na realidade do dia-a-dia. Quero discutir, não a lua, mas o orçamento que ele mesmo enviou a esta Casa. Gostaria que o Vice-Governador tivesse tido tempo de lê-lo. O orçamento coloca um aumento real na ordem de 24%, enquanto o crescimento das receitas da ordem e o orçamento, crescendo em termos de 1996 para 1997, 24%. Aí, vem o Vice-Governador e diz que nos falta recurso. Eu sei que há problemas no orçamento, mas vamos discutir quais são esses problemas. Em primeiro lugar, o Vice-Governador disse que não pode gastar, e está gastando, com a folha, mais de 70%. No orçamento para 1997, o Governo só vai gastar 62,5% com o funcionalismo. Aí, o Vice-Governador diz que tem de cumprir a Lei Rita Camata. Eu queria que S. Exa. tivesse tanto empenho na lei do IPSEMG quanto tem nessa lei, para que o Governo não ficasse retendo o dinheiro do IPSEMG. Mas a lei vale para uma coisa e não vale para outra. O que diz a Lei Rita Camata? O Estado, a partir de 1997, deve gastar, no máximo, 66,4% com a folha de pagamento. O Governo do Estado mandou para cá um orçamento de 72,5%. Aí, já vem o Deputado Miguel Martini para dizer que lá estão

incluídos os repasses do SUS e os repasses das Prefeituras. Se o Governo Federal já está mandando dinheiro para a saúde, isso significa que o Governo de Minas vai gastar menos com saúde; significa que vai sobrar mais dinheiro para outras áreas. Então, não há lógica no discurso. Mas vamos ouvir o Deputado Miguel Martini.

**O Deputado Miguel Martini (Em aparte)** - Primeiramente, queria dizer que o crescimento da receita não é de 24%; é de 18,5%.

**O Deputado Gilmar Machado** - Então, as contas estão erradas, porque o orçamento é de R\$13.900.000.000,00. Em 1996, ele foi da ordem de R\$11.200.000.000,00. Fazendo as contas, são 24%.

**O Deputado Miguel Martini (Em aparte)** - A referência que V. Ex<sup>a</sup>. está tomando não é a correta. Temos previstas aí a rolagem da dívida e operação de crédito. Temos de considerar a receita de arrecadação.

**O Deputado Gilmar Machado** - Não, estamos discutindo o orçamento global.

**O Deputado Miguel Martini (Em aparte)** - Eu sei, mas se pegar os números do orçamento por parte, faço afirmações enganadoras. Os números que estão ali têm de ser lidos coerentemente. Então, o crescimento real estimado é 18,5%. Ainda digo onde é estimado. Está crescendo com a inflação, em média de 8%, porque esperam um crescimento da inflação; está se estimando um esforço da arrecadação da ordem de 5,5%; e o próprio crescimento da economia, na ordem de 3,4%. É com esses três parâmetros que se está estimando o orçamento. O orçamento é isso: estima-se a receita e fixam-se as despesas. Então, estimou-se esse crescimento de uma forma bem razoável.

Por que se chegou a 13? Na verdade, o nosso orçamento este ano será de R\$11.800.000.000,00 porque, com a renegociação da dívida, R\$2.130.000.000,00 não vão entrar nesse cálculo, que é falho.

O que precisamos discutir neste País, com mais clareza, é a Lei Rita Camata, que é absurda. Ela funciona para o Governo Federal, mas não serve para os Estados. Ela determina que só se excluam do cálculo para o pagamento do funcionalismo os repasses aos municípios de IPVA, ICMS e dos impostos. O Governo tem de saber de quanto dispõe em dinheiro para conduzir o Estado durante o ano. E esse número, que a lei diz que é 60%, é irreal, porque a lei considera valores que não estão disponíveis para o Governo remanejar. Pelo cálculo de receita corrente livre ou receita ordinária, temos 76,76% de gasto com folha de pagamento. Esse é o dinheiro de que o Governo dispõe, que pode dizer se aplica nisso ou naquilo, se gasta menos ou mais. Realmente V. Exa. está correto. Pela Lei Rita Camata, 66,4% podem ser empregados na folha de pagamento. E o Governo até, pelo cálculo dela, está com 62,5%. Teoricamente, teria esse valor. Só que, na verdade, está sobrando para o Governo 23,34% para todo o restante: custeio, pagamento da dívida, investimento. Essa é a realidade. Temos, então, de trabalhar com isso.

De acordo com a lei, está dentro, perfeitamente. Temos de ir reduzindo até 60%. Só que não é a realidade do Estado de Minas Gerais e de outros Estados. Essa Lei Rita Camata precisa ser modificada. Isso é o que eu queria dizer.

**O Deputado Gilmar Machado** - Quem fala em cumprir a Lei Rita Camata não sou eu, é o Vice-Governador, que, todos os dias, brada nos jornais que a lei tem de ser cumprida à risca. É ele quem está falando, não sou eu. Realmente, é preciso modificar a questão da Lei Rita Camata.

Agora, se o Governo Federal repassa recursos, logicamente vamos gastar menos. Isso é elementar, não existe outra lógica. Se recebo R\$20,00 do Governo Federal, vou gastar menos R\$20,00 que recebi. O Governo não pode dizer que isso não diminui seus gastos orçamentários.

O que queremos aqui discutir, nobre Deputado Miguel Martini, são as receitas. O que o Estado coloca no orçamento então é ficção. Está escrito aqui 62,5% de gasto com pessoal. Não podemos mais continuar aceitando que se passe mais um ano sem que os servidores tenham reajuste.

Hoje haverá uma reunião no Palácio sobre o pagamento da dívida. O Governador vai mandar para cá um projeto para aumentar o pagamento da dívida, porque vamos ter de pagar em torno de 20% de dívida no ano que vem, em termos de juros e amortizações. Vamos ter de vender uma série de ativos para isso e, ao mesmo tempo, penalizar nosso orçamento para poder cumprir essas determinações, inclusive de renegociações feitas com o Governo Federal. Queremos aqui colocar que o Governo, neste ano, já fez economia em cima da folha de pessoal. Os servidores, a partir do ano que vem, vão contribuir com mais 3,5% nos seus contracheques. Isso será uma redução. O Governo vai recolher mais 3,5%, o que diminui o que ele vai ter que pagar. No ano que vem, não vai mais ter que pagar as férias-prêmio que os servidores recebiam em espécie. É também uma economia para o Estado. Foram cortadas horas extras. O que o servidor recebeu? Nada. Acho que a Assembléia Legislativa, modificando agora, recentemente, a sistemática das horas extras para os servidores de recrutamento amplo, está correta, porque entendeu que os servidores não podem continuar na situação em que estão. A Assembléia usou um artifício ilegal para diminuir um pouco a angústia dos servidores. Temos que discutir isso para os efetivos também. O que temos de colocar aqui é que,

tanto no Poder Executivo quanto no Legislativo e no Judiciário, é necessário que façamos uma discussão urgente da situação dos servidores. Por que discutimos tanto a situação da dívida do Estado, a situação dos Bancos e uma série de questões? Quero introduzir a situação dos servidores públicos também nesses debates, porque eles não podem ficar mais um ano sem reajuste salarial. Não concordamos com isso. É por isso que discordamos quando tentaram dizer que uma emenda que apresentei em nome da Bancada do PT era demagógica. O que queremos é a aplicação do crescimento da receita tributária no reajuste dos salários dos servidores. Nada mais justo. Com a palavra, o nobre Deputado.

**O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte)** - Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, que é sempre ilustre. Entretanto, queria considerar com V. Exa. duas coisas: a primeira, V. Exa. sabe, evidentemente, como homem público, é que há um inchaço muito grande nas máquinas administrativas, nas Prefeituras e no próprio Estado. Dá para se reconhecer que o Estado não teria recursos suficientes para fazer obras e, ao mesmo tempo, pagar salários justos, como deveria, ao funcionalismo. O senhor sabe disso e concorda com isso. Há cidades onde o Fundo de Participação não chega a atingir a folha de pagamento das Prefeituras.

**O Deputado Gilmar Machado** - Não é o caso dos servidores do Estado.

**O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte)** - V. Exa. concorda também, evidentemente, com o fato de que a folha de pagamento do Estado pesa na balança mais do que todos os outros investimentos que o Estado poderia fazer. Foi citado aqui que são destinados R\$25.000.000,00 para estradas, e para o funcionalismo, a folha de pagamento chega a ultrapassar 70 milhões. Entretanto, sabemos que o homem deve ser o principal objetivo, porque é o principal produto que existe sobre a terra. Na verdade, o Estado tenta enxugar a máquina usando uma economia que acha viável, mas, se tivéssemos um país em progresso mesmo, teríamos até poucos funcionários. Temos poucas professoras estaduais, temos poucos fiscais estaduais para as dimensões do nosso País. O que não tem havido é uma política de crescimento. Dever-se-ia procurar arrecadar dinheiro abrindo as portas para a livre iniciativa, cobrando impostos de quem deve ser cobrado. A Vale do Rio Doce está sendo privatizada, enquanto 80% de todo o subsolo de Minas Gerais deveria ficar aqui. O subsolo refere-se à Nação, ao povo, ao Estado. Como não se fazem bem essas coisas, até por uma cultura de corrupção que existe e que está difícil de ser derrubada, sacrifica-se o homem.

Entretanto, não posso deixar de defender aqui o Governador Eduardo Azeredo, porque o conheço pessoalmente e votei nele independente e incondicionalmente. Ele tenta acertar, mas sabemos que a solução seria outra. A solução seria arrecadar mais fundos, seria o Estado progredir para pagar bem, para distribuir a riqueza com o povo. Assim, iríamos para a frente. Concordo com V. Exa., quando diz que o funcionalismo está sendo sacrificado ao extremo.

**O Deputado Gilmar Machado** - Eu só queria fazer uma observação, quando o Deputado coloca a questão do investimento no funcionalismo do Estado. Temos de ver o que significa folha de pagamento. Quantos mil alunos estão sendo atendidos pelos professores? Quantas pessoas estão sendo atendidas nos postos de saúde? Isso é funcionário. Isso é atendimento à população. Não consigo vislumbrar um país que quer crescer sem pensar, em primeiro lugar, na formação da sua juventude, no atendimento da saúde.

Ficamos fazendo cálculos para a construção de estradas. É um erro, um equívoco, e eu não concordo. Gastamos mais tempo discutindo estradas do que a valorização de quem está atendendo o menino na sala de aula, de quem está nos postos de saúde, de quem está na Secretaria da Cultura. É exatamente esse debate que quero introduzir. Concederei aparte ao Deputado Miguel Martini e depois concluirei meu pronunciamento, já que meu tempo está acabando.

**O Deputado Miguel Martini (Em aparte)** - Se o Deputado preferir, pode terminar o discurso. Eu falarei depois.

**O Deputado Gilmar Machado** - Só queríamos encerrar dizendo que estamos apenas iniciando esse debate. Hoje, aceitamos o convite e iremos ao Palácio conhecer as modificações que o Governo está pensando em fazer na renegociação da dívida, mas queremos discutir o Estado como um todo, queremos que seja discutida seriamente a situação dos servidores do Poder Executivo e, também, do Poder Legislativo. A Deputada Maria José Haueisen é nossa representante, e estamos discutindo com a Mesa a questão dos servidores, tanto de recrutamento amplo quanto efetivos, porque não podemos continuar, por mais um ano, vendo os servidores e suas famílias mais uma vez penalizados, enquanto gastamos grande parte do orçamento com pagamento de dívidas. Se é para pagar, que todas as dívidas sejam pagas, inclusive a do IPSEMG. Muito obrigado.

**A Deputada Elbe Brandão\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, presentes nas galerias, funcionários da Casa, hoje pela manhã estive com o Deputado Paulo Piau no Café Parlamentar, ocasião em que o tema para discussão foi o Fórum das Américas, que será realizado aqui em Belo Horizonte em maio do ano que vem.

É preciso que tenhamos consciência de que estamos tratando de um megaevento que discute um livre mercado de um PIB de US\$8.500.000.000,00. É muito importante que busquemos conscientizar o povo. É importante que procuremos trazer a discussão para esta Casa, porque não entendo como se discute um livre mercado sem que o Poder Legislativo faça parte dessa discussão. Sabemos também que, nos acordos internacionais e nas conferências, cabe ao Senado legislar sobre essa matéria. Mas, já que Belo Horizonte vai sediar um evento internacional - e o dono do evento é o Brasil -, estamos propondo a esta Casa que também busque - não de uma forma paralela - agregar na discussão do Fórum das Américas - mesmo uma discussão num formato embrionário - o papel do legislador no processo da ALCA, já que vamos estar discutindo o livre mercado das Américas.

É importante também que tenhamos consciência de que, se de um lado estaremos discutindo um megaevento, num processo extremamente interessante de retorno sócio-político, econômico e cultural para as Américas, de outro estaremos tendo um momento ímpar em Minas Gerais. Vejo isso como um megamomento para Minas Gerais, porque temos que vislumbrar qual será o retorno para o Estado. Estaremos recebendo Ministros de Estado de 37 países. Está estimada a vinda de 4.000 empresários e de 800 a 1.000 jornalistas de todo o mundo. Belo Horizonte estará, em maio, sendo vista pelo mundo. É o momento de buscarmos aliar forças, aliar os cidadãos mineiros, aliar os componentes desta Casa. Precisamos ter plena convicção e consciência de que não há como deixar o legislador fora dessa discussão.

Encaminhei o assunto ao Presidente Agostinho Patrús. Já o discuti com o comitê que pensa a Casa, e a idéia está sendo muito bem aceita. Gostaria que pudéssemos contar com uma frente parlamentar, para que a Assembléia de Minas saísse na frente, com o objetivo de convencer o Senado brasileiro a nos dar oportunidade de discutir com esses 37 países esse momento importante, em que caminhamos na direção de maior liberdade para o cidadão entre as Américas. Muito obrigado.

\* - Sem revisão da oradora.

**O Deputado Miguel Martini** - Em primeiro lugar, gostaria de dizer que os dados têm de ser fornecidos de acordo com a realidade. Minas Gerais ia pagar neste ano, como consta do orçamento, em torno de R\$2.000.800.000,00 em dívidas, ou seja, com a rolagem da dívida e o pagamento do serviço. Com a rolagem da dívida, pagaria o montante de R\$2.130.000.000,00 e, com serviço, em torno de R\$570.000.000,00 ou R\$580.000.000,00. O Governo estava pagando a taxa selic de 23% ao ano e conseguiu sua renegociação, passando a pagar 6% ao ano, o que representa um ganho de 17% ao ano. O Governo procedia à rolagem da dívida diariamente, ia ao mercado financeiro para emitir títulos, tanto assim que este ano liberamos mais R\$163.000.000,00 para a rolagem dessa dívida. Ele não vai mais precisar desse expediente, pois fundiu suas dívidas, incluindo a dívida de ARO e a dívida contraída junto à Caixa Econômica Federal, jogando seu pagamento para um total de 30 anos. Conclusão: de mais ou menos R\$2.000.800.000,00 que teríamos de pagar de dívida, vamos pagar na ordem de R\$700.000.000,00. Foi um excelente negócio para o Estado de Minas Gerais. Os outros Estados estão tentando conseguir o mesmo e, caso consigam algo mais, poderemos também melhorar o perfil dessa negociação.

Em segundo lugar, quero dizer que somos favoráveis, eu sou favorável, e também o Governador Eduardo Azeredo, a aumentar o funcionalismo público. Nós queremos ter funcionários públicos ganhando bem para prestar um serviço de qualidade, atendendo bem à sociedade. Todos nós queremos isso, e não há ninguém que não deseje o mesmo. A pergunta é: como fazer isso? Na realidade, a dívida da folha de pagamento do Estado de Minas Gerais não se deve a excesso de pessoal. A folha de Minas Gerais é enxuta. Na educação, não podemos tirar sequer um professor, e o mesmo acontece na Polícia Militar, onde não podemos retirar nem um soldado. No quadro da saúde, nada podemos alterar. O problema do Estado de Minas Gerais chama-se aposentadoria e previdência. Da folha de pagamento, 36% são gastos com aposentadorias. É esse o peso. Dessa forma, vamos chegar ao ano 2000 com 50% da folha de pagamento gastos com aposentadorias. É como se nós contratássemos, até o ano 2000, 16% de funcionários públicos a mais. Esse é o problema. A nós, não nos interessa tanto a reforma administrativa, mas sim a reforma previdenciária, para a qual o País precisa encontrar uma saída. Qual a alternativa que temos, agora, para aumentar o salário do funcionalismo? É simples. É trabalharmos no sentido do crescimento do desenvolvimento do Estado. Ora, para o Estado crescer, para o Estado desenvolver-se, precisa-se de estradas, de energia elétrica, de ciência e tecnologia, de investimento internacional. E como fará tudo isso se não dispõe de receita? Temos que rediscutir o Estado, temos que rediscutir todas essas questões, mas com dados realistas. Temos que discutir com toda a sociedade, na busca de alternativas. A única saída para Minas Gerais é o desenvolvimento, o crescimento da receita e o aumento de sua base, talvez com um imposto simplificado, não sei se seria o ideal. É necessário o aumento da base daqueles que contribuem para o Estado de Minas Gerais, é necessário aumentar as empresas no nosso Estado, impedir a sonegação fiscal, a elisão fiscal, essas são as

alternativas para o Estado de Minas Gerais. Somos a favor de que esses dados sejam discutidos com seriedade.

**O Deputado Raul Lima Neto (Em aparte)** - Sr. Presidente, pedi a palavra por causa da discussão que foi levada a sério, neste Plenário, sobre a solução para o Estado de Minas Gerais. Evidentemente, o próprio Deputado Miguel Martini reconhece que não há excesso e sim deficiência de funcionários. O Estado é carente de funcionários para administrá-lo. O que há, na verdade, é deficiência de arrecadação. Não podemos pensar mais em impostos, porque somos o país em que mais se paga imposto no mundo. Aqui, quem paga é aquele que não precisava pagar. Quem deveria fazê-lo não está pagando. Os grandes conglomerados que exploram o nosso solo e subsolo e extraem minério do nosso Estado não pagam impostos. Um dos exemplos é a própria Vale do Rio Doce, da qual, no momento, é oportuno que eu fale. Eu sou contrário por causa da má administração, porque não há uma fiscalização rígida, porque ela não recolhe o imposto devido. É quase uma convenção mundial que 80% do subsolo pertencem ao Estado e à União. Mas nós sabemos que a MBR, a Mineradora Morro Velho e as demais não estão pagando isso. A própria Vale não paga nada disso porque é um Estado dentro do outro. Conseqüentemente, o Estado fica sem dinheiro, e, na hora de sacrificar, a corda sempre arrebenta no lugar mais fraco: do lado do funcionário público, que, diga-se de passagem, está sem aumento. Isso é uma injustiça, é um pecado. Isso prejudica o povo; é o trabalho, é o salário do operário. Até nesta Casa, já faz um ano que os funcionários não recebem aumento. Mesmo os que são contratados por recrutamento amplo. São pais de família, são viúvas, como temos no nosso gabinete, pessoas responsáveis, trabalhadoras e competentes, que têm de quatro a seis filhos e que estão trabalhando com salário de R\$700,00. Há cerca de dois anos que não têm aumento nenhum. Isso é errado, evidentemente, porque a Nação é o povo. É a minha palavra. Obrigado.

---

#### **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

---

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

##### **Resultado de Julgamento de Licitação**

Convite nº 129/96 - Objeto: aquisição de papéis. Licitantes vencedoras: Xeros do Brasil Ltda. e Sopol Distribuidora de Papéis Ltda. Convite nº 141/96 - Objeto: impressão e acabamento de capa de livro. Licitante vencedor: Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora. Convite nº 144/96 - Objeto: aquisição de cartões. Licitante vencedora: Telecon Ltda.

---

#### **ERRATA**

---

#### **PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI**

**Nº 785/96**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 17/10/96, pág. 13, col. 3, na Emenda nº 1, onde se lê:

"com área total de 3.360m<sup>2</sup> (três mil trezentos e sessenta metros quadrados)", leia-se:

"com área total de 3.660m<sup>2</sup> (três mil seiscentos e sessenta metros quadrados)".

#### **PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI**

**Nº 785/96**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/11/96, na pág. 20, col. 3, no art. 1º do projeto, onde se lê:

"com área total de 3.360m<sup>2</sup> (três mil trezentos e sessenta metros quadrados)", leia-se:

"com área total de 3.660m<sup>2</sup> (três mil seiscentos e sessenta metros quadrados)".

---